

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 100.420 - MG (2018/0169282-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : LUCIO ALVES FRANKLIN JUNIOR  
**RECORRENTE** : ADIR GARCIA FONTOURA  
**RECORRENTE** : RENE MAURICIO MUNIZ  
**RECORRENTE** : JONAS SIMIONI MATOS  
**ADVOGADOS** : DANIEL IGOR MENDONÇA - MG096346  
JORGE VIEIRA DA ROCHA E OUTRO(S) - MG145316  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por LÚCIO ALVES FRANKLIN JUNIOR, ADIR GARCIA FONTOURA, RENÊ MAURÍCIO MUNIZ e JONAS SIMIONI MATOS contra acórdão do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais – TJMMG.

Consta dos autos que os recorrentes foram condenados pela prática dos crimes militares de roubo qualificado, tráfico de entorpecente e concussão.

Na pendência do trânsito em julgado, verificou-se a ocorrência da prescrição em relação aos crimes de concussão e tráfico, o que levou o AResp 464.049/MG a ser julgado prejudicado.

Percebendo a existência de pena pela prática do crime de roubo qualificado, o Juízo das execuções determinou o início do cumprimento da pena.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*HABEAS – AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA – PROSSEGUIMENTO DA CORPUS EXECUÇÃO – DETERMINAÇÃO DE AVERIGUAÇÃO DE TRANSITO EM JULGADO DEFINITIVO E EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO – ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE DECISÃO NO SENTIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO – INOCORRÊNCIA – PEDIDO PENDENTE DE APRECIACÃO, POSTERIORMENTE, REJEITADO – ORDEM DENEGADA (fl. 357).*

No presente recurso, sustenta que antes do trânsito em julgado houve decisão de primeiro grau autorizando a aplicação de pena restritiva de direitos em

# Superior Tribunal de Justiça

substituição à pena privativa de liberdade. Alega que o juiz das execuções não poderia ter revogado o ato de seu antecessor.

Requer, assim a anulação da decisão que determinou o início da execução da pena privativa de liberdade com o restabelecimento da decisão que converteu a sanção em pena restritiva de direitos.

Liminar indeferida às fls. 429/431. Informações às fls. 435/439.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso, conforme parecer de fls. 444/446.

É o relatório.

Decido.

O TJMMG denegou a impetração originária afirmando o seguinte:

*Pela leitura da ata de audiência lavrada na data de 29 de novembro de 2017, juntada às fls. 2040/2042v dos autos originários (ID 90008), não é possível concluir pela existência de uma decisão proferida pelo Meritíssimo Juiz de Direito Cooperador no Juízo Militar no sentido de conceder a substituição da pena privativa de liberdade pela de prestação de serviço. Tanto é assim que se registrou em ata, no último parágrafo do termo lavrado, o seguinte:*

*(... ...) omissis*

A defesa registra neste ato que a substituição da pena privativa de liberdade por em havendo prestação de serviço, que todos os sentenciados manifestam expressamente neste ato que aderem e aceitam a substituição da pena. Que seja dada vista ao Ministério Público. (grifei)

*Desta feita, hoje, recaem sobre os pacientes a obrigação do cumprimento efetivo de pena decorrente da condenação por roubo qualificado (art. 242, § 2º, do CPM), delito praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.*

*Logo, a respeitável decisão da Meritíssima Juíza Titular da 3ª Auditoria de Justiça Militar Estadual (Id 90009) segue os exatos termos do preceito estabelecido no Código Penal comum sobre a impossibilidade de substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos (art. 44, inciso I).*

*Ademais, firmo meu entendimento no sentido de que, na Justiça Militar, dada a sua especialidade, não é possível a substituição de pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos. Nesse sentido, já se manifestou o excelso Supremo Tribunal Federal. Veja-se:*

COMPETÊNCIA – PENSÃO MILITAR – ESTELIONATO. Surge a competência da Justiça Militar, no que fraudada pensão cujos depósitos são

# *Superior Tribunal de Justiça*

providenciados no âmbito da administração militar. PENA – PROCESSO PENAL MILITAR – SUBSTITUIÇÃO – ARTIGO 44 DO CÓDIGO PENAL. Ante o critério da especialidade, descabe observar o disposto no artigo 44 do Código Penal, no que prevê a substituição da pena restritiva da liberdade pela de direitos – precedentes: recurso extraordinário n. 273.900, relator o ministro Sepúlveda Pertence, habeas corpus n. 94.083, relator o ministro Joaquim Barbosa, e habeas corpus n. 91.709, relatora a ministra Cármen Lúcia. (HC 127199/BA, relator Ministro Marco Aurélio, julgamento realizado em 25/04/2017, Primeira Turma, decisão publicada no DJe-098 em 11/05/2017).

*Assim, consoante já me manifestei, em sede de pedido liminar, no sentido de não vislumbrar estarem presentes os fundamentos para a concessão da ordem, não verifico qualquer abuso de autoridade ou prática de ato contrário a uma decisão judicial anterior que possa caracterizar um constrangimento ilegal na possível prisão dos pacientes, razão pela qual denego a ordem de requerida. habeas corpus (fl. 361/362)*

Da atenta leitura da ata de audiência de fls. 299/300, diferentemente do que alega o impetrante, não se verifica a existência de ato jurisdicional afirmando que os pacientes fazem *jus* a substituição da pena privativa de liberdade restritiva de direitos.

O acórdão acima transcrito bem destacou que na audiência em questão somente houve a oitiva dos pacientes pelo juiz para que se verificasse a possibilidade de se operar tal substituição.

Assim, nos termos da jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, descabe falar em aplicação de pena restritiva de direitos no âmbito da Justiça Castrense.

Nesse sentido:

*EMENTA: I. RE: norma constitucional de direito intertemporal e interpretação das normas infraconstitucionais em alegado conflito. Para solver a questão de direito intertemporal relativa à incidência do art. 5º, XL, da Constituição, é necessário - e, por isso, admissível, mesmo em recurso extraordinário - interpretar as normas infraconstitucionais de modo a aferir da existência do conflito no tempo entre elas. II. Direito Penal Militar: penas restritivas de direito: a L. 9.174, limitada à alteração do art. 44 C. Pen. comum, não se aplica aos crimes militares, objeto de lei especial diversa no ponto (RE 273900, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 08/08/2000, DJ 08-09-2000 PP-00023 EMENT VOL-02003-10 PP-02185).*

# Superior Tribunal de Justiça

**EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME MILITAR. SUBSTITUIÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE. HABEAS CORPUS DENEGADO.** 1. É firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de não se admitir a aplicação da Lei n. 9.714/98 para as condenações por crimes militares, sendo esta de aplicação exclusiva ao Direito Penal Comum. Precedentes. 2. A conversão da pena privativa de liberdade aplicada pela Justiça Militar por duas restritivas de direito poderá ocorrer, pelo menos em tese, desde que o Paciente tenha de cumprir pena em estabelecimento prisional comum e a pena imposta não seja superior a dois anos, nos termos previstos no art. 180 da Lei de Execução Penal, por força do que dispõe o art. 2º, parágrafo único, daquele mesmo diploma legal. 3. Na espécie, contudo, a pena fixada ao Paciente foi de dois anos, nove meses e dezoito dias de reclusão. Não há, portanto, como ser reconhecido a ele o direito de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito. 4. Habeas corpus denegado (HC 91709, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 16/12/2008, DJe-048 DIVULG 12-03-2009 PUBLIC 13-03-2009 EMENT VOL-02352-01 PP-00181 RTJ VOL-00209-01 PP-00245 RT v. 98, n. 884, 2009, p. 481-488).

Ademais, ainda que se retomasse a discussão a respeito da possibilidade de tal composição, tratando-se de crime de roubo qualificado, em que a violência e a grave ameaça são elementares do tipo penal previsto no art. 242 e seu §2º do Código Penal Militar, não resta falar em pena restritiva de direitos, por expressa vedação do art. 44 do Código Penal.

Ausente, portanto, qualquer constrangimento que justifique a reforma do acórdão impugnado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator